



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11677/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/TABATINGA.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Raimundo Carvalho Caldas (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5343/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/TABATINGA. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Notificação. Determinação. Recomendação. Encaminhamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Raimundo Carvalho Caldas, responsável pelas contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Tabatinga, no curso do exercício de 2015;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Carvalho Caldas no valor de R\$43.841,28 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas nos itens 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da fundamentação. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o Sr. Raimundo Carvalho Caldas no valor de R\$5.112.047,21 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Tabatinga pela improbidade apontada no item 19. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.4. **Notificar** o Sr. Raimundo Carvalho Caldas, com envio do Laudo Técnico, Parecer Ministerial, Voto e Acórdão para que tome ciência e, querendo, apresente o devido recurso;
- 9.5. **Considerar em Alcance** o Sr(a). Raimundo Carvalho Caldas no valor de R\$40.891,15 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga pela improbidade apontada no



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

item 21 da fundamentação. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.6. **Considerar em Alcance** o Sr. Raimundo Carvalho Caldas no valor de R\$29.588,15 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga por descumprimento de improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.7. **Considerar em Alcance** o Sr. Raimundo Carvalho Caldas no valor de R\$ 33.263,55 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga pela improbidade apontada no item 29 da fundamentação. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.8. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que observe o envio de toda documentação exigida para análise das contas, conforme listado nos ites 11, 13,14 e 16 da fundamentação;
- 9.9. **Recomendar** ao órgão de controle interno da Prefeitura Municipal de Tabatinga que sempre providencie o seu parecer técnico para envio em futuras prestações de contas;
- 9.10. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que proceda a um eficiente controle de patrimônio para evitar futuras impropriedades;
- 9.11. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que mantenha o controle organizado de viagens e diárias de servidores, a fim de evitar reincidência da impropriedade listada no item 21 da fundamentação;
- 9.12. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que deixe de efetuar contratações temporárias com intuito de preencher vagas de cargos permanentes previstos no plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores da educação;
- 9.13. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para afastar e substituir os servidores temporários que ainda estejam em serviço, providenciando a realização de concurso para o preenchimento das vagas, sob pena de reincidência dos itens 22, 24 e 25 da fundamentação;
- 9.14. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que coloque carimbo em suas notas fiscais, assinado por responsável atestando a realização de serviço e entrega de materiais, sob pena de reincidência do item 27 da fundamentação;
- 9.15. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga assine as Notas de Empenhos, Liquidações de Despesas e Ordens de Pagamentos, conforme determina a lei, sob pena de reincidência no item 28 da fundamentação;
- 9.16. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Tabatinga que se abstenha de



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

realizar despesas que não guardem relação com a finalidade pública do Fundo Municipal de Educação, com recursos destinados a este, sob pena de reincidência no item 29 da fundamentação;

- 9.17. Encaminhar** cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais;
- 9.18. Encaminhar** à Caixa Econômica Federal, com envio de cópias do Laudo Técnico, Parecer, Relatório/Voto e Acórdão, para que tome as medidas necessárias em virtude do registro de créditos junto ao Fundo Municipal de Educação de Tabatinga;
- 9.19. Encaminhar** ao INSS, com envio de cópias do Laudo Técnico, Parecer, Relatório/Voto e Acórdão, para que tome as medidas necessárias em face da possível irregularidade nos descontos das parcelas do RGPS;
- 9.20. Encaminhar** ao IPETRAB, com envio de cópias do Laudo Técnico, Parecer, Relatório/Voto e Acórdão, para que tome as medidas necessárias em face da possível irregularidade nos descontos das parcelas do RPPS;
- 9.21. Recomendar** à Secex/TCE/AM que a próxima Comissão de Inspeção verifique se não houve reincidência das impropriedades apontadas e não sanadas.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral